

## CHAMADO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

O propósito deste Chamado para Apresentação de Propostas é identificar parceiros - atuais e/ou potenciais - que desejam participar na implementação de projetos coordenados pelo ONU-Habitat e contribuir com recursos complementares (recursos humanos, conhecimentos, fundos, contribuições em espécie, suprimentos e/ou equipamentos) para alcançar objetivos comuns conforme descrito abaixo. O processo de seleção levará à assinatura de um Acordo de Cooperação com o ONU-Habitat.

### Contratação de serviço de consultoria de Pessoa Jurídica

(organização sem fins lucrativos, como governos nacionais, estaduais e locais, instituições públicas, organizações internacionais, organizações não governamentais, universidades públicas, fundações, instituições de pesquisa e etc.)

**Para facilitar a implementação de um Observatório de Políticas Públicas em Alagoas, incluindo uma Matriz de Indicadores, um Sistema de Monitoramento e um Caderno Temático, e a sistematização dos Projetos Estratégicos de Alagoas.**

**Montante máximo do financiamento:** 95.000 USD (noventa e cinco mil dólares americanos)

**Propósito do chamado:** Recrutamento de serviços de consultoria de uma pessoa jurídica (organização sem fins lucrativos) para apoiar a concepção e implementação inicial de um Observatório de Políticas Públicas de Alagoas em colaboração com atores locais – em especial o Governo do Estado de Alagoas - incluindo o desenvolvimento de uma Matriz de Indicadores, um Sistema de Monitoramento e um Caderno Temático, bem como a sistematização dos Projetos Estratégicos de Alagoas. Este projeto visa promover a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os princípios da Nova Agenda Urbana (NAU) e proporcionar uma formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e projetos com base em evidências no Estado de Alagoas.

**Data de início para o envio de propostas:** 29 de março de 2021

**Prazo final para o envio de propostas:** 25 de abril de 2021, às 23:59 hora do Rio de Janeiro (GMT -3:00)

### Informações-chave sobre o projeto

- **Título do projeto do ONU-Habitat:** Prosperidade Urbana Sustentável e Inclusiva no Estado de Alagoas: Uma Iniciativa Integrada
- **Localização**
  - Cidade: Maceió, Alagoas
  - País: Brasil
- **Data prevista para o início das atividades:** Maio de 2021
- **Duração estimada do projeto:** 12 (doze) meses
- **Valor máximo proposto:** 95.000 USD (noventa e cinco mil dólares americanos)
- **Unidade do ONU-Habitat a cargo da gestão do projeto:** Escritório Regional para a América Latina e o Caribe, localizado no Rio de Janeiro

## Breve Descrição do Projeto

O principal mandato do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) é promover o desenvolvimento sustentável em assentamentos humanos e incentivar políticas que proporcionem moradia adequada a todos e todas. Nesse contexto, o ONU-Habitat apoia governos nacionais e estaduais/regionais, assim como autoridades locais e outros parceiros para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Nova Agenda Urbana (NAU).

O ONU-Habitat considera que a produção de dados de forma adequada e tempestiva é uma estratégia chave para tornar a tomada de decisões mais transparente, baseada em evidências, justa e responsável. Entretanto, as fontes de dados e metodologias tradicionais empregadas por órgãos nacionais de estatística – como censos, pesquisas domiciliares e cadastros administrativos - podem ser caras e, em muitos casos, não fornecem informações em tempo hábil e em nível local. Essas "lacunas de dados" (*data gaps*) também derivam de um "viés nacional" dessas metodologias, que frequentemente priorizam dados que atendem às necessidades estratégicas das políticas nacionais, mas não às necessidades locais, nem são adequadamente desagregadas para apoiar as políticas locais.

Esses obstáculos aumentam os desafios enfrentados pelas autoridades municipais, pois essas metodologias e fontes tradicionais frequentemente invisibilizam segmentos expressivos da população, bem como aspectos importantes da sua vida. Em um contexto de rápida urbanização e crescentes demandas sociais - particularmente em um contexto de pandemia da COVID-19 - um ecossistema de dados cheio de lacunas tende a reforçar padrões de invisibilidade e exclusão que prejudicam desproporcionalmente moradores de favelas, mulheres e meninas, crianças e outros segmentos desfavorecidos da sociedade.

Esses obstáculos estão sendo enfrentados por novas tendências e tecnologias que aumentaram a disponibilidade de dados, diminuindo seus custos de produção - um movimento global que tem sido chamado de "revolução de dados". Estas inovações incluem o movimento de aberto de dados, *crowdsourcing*, uso de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para coleta de dados, *big data*, mineração de dados, etc. As tecnologias de dados produzidos por satélites e sensoriamento remoto também contribuem para um extraordinário desenvolvimento das soluções baseadas em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), melhorando o processamento, interpretação e análise de dados espaciais, fundamentais para estudos ambientais e o planejamento urbano. Estes avanços têm o potencial de apoiar e complementar estatísticas oficiais e pesquisas tradicionais, adicionando profundidade e nuance ao conhecimento produzido por essas metodologias. No entanto, apesar destas novas oportunidades, ainda existem desafios quanto ao alcance desigual destas tecnologias, particularmente nos países em desenvolvimento.

O ONU-Habitat tem se posicionado na linha de frente da inovação e tem buscado soluções baseadas em dados para a crise de informação urbana, ajudando países e cidades a fechar suas "lacunas de dados". A Unidade de Dados e Análise do ONU-Habitat tem liderado o desenvolvimento de soluções de monitoramento feitas sob medida, as quais proporcionam um melhor entendimento e medição de tendências do desenvolvimento urbano em nível local. O modelo de Observatório Urbano é uma dessas soluções que visa abordar essas dificuldades e explorar os potenciais da revolução dos dados.

A fim de fechar "lacunas de dados" no ecossistema de dados públicos locais e promover o alinhamento entre as políticas públicas locais e as agendas internacionais de desenvolvimento sustentável - principalmente a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a NAU – o Governo do Estado de Alagoas

solicitou o apoio do ONU-Habitat na criação de um Observatório de Políticas Públicas e de um relatório sistematizado sobre os Projetos Estratégicos de Alagoas.

Esses dois produtos serão executados no âmbito do projeto "Prosperidade urbana sustentável e inclusiva no Estado de Alagoas - Uma iniciativa integrada", uma parceria entre o ONU-Habitat e o Governo do Estado de Alagoas que visa apoiar o estado com dados, conhecimentos e diagnósticos para promover o desenvolvimento urbano sustentável em Alagoas. Uma primeira fase do projeto foi implementada entre outubro de 2017 e abril de 2020<sup>1</sup> e uma segunda fase foi acordada em agosto de 2020, construída a partir dos conhecimentos e resultados da fase anterior.

O Observatório de Políticas Públicas em Alagoas é um dos produtos desse projeto e deverá ser implementado como um guarda-chuva para todos os outros resultados e iniciativas relacionadas a dados e informações. A implementação do Observatório prevê as seguintes atividades:

- Reuniões para elaboração de um plano de trabalho para implementação do Observatório com gestores do Governo;
- Diagnóstico e avaliação da disponibilidade de dados e informações territoriais e urbanas no estado;
- Proposição de estrutura e governança de dados e informações territoriais e urbanas para o Governo, de acordo com as necessidades e desafios diagnosticados;
- Estruturar de ferramentas de sistematização, exibição e monitoramento de dados e informações territoriais e urbanas, incluindo os dados produzidos pelo ONU-Habitat na primeira fase do Projeto (elaboração de página web e outras ferramentas).

A implementação do Observatório pode beneficiar outro resultado do projeto supracitado: o Relatório de Projetos Estratégicos de Alagoas, que irá sistematizar os principais projetos e políticas de Alagoas e criar indicadores de desempenho e de impacto apropriados. O ONU-Habitat elaborará esses dois produtos concomitantemente com o objetivo de explorar sinergias, fornecendo ao Governo de Alagoas instrumentos para monitorar e avaliar, no nível de projeto e/ou política, o cumprimento dos ODS e as contribuições para os princípios da NAU. A implementação do Relatório sobre os Projetos Estratégicos de Alagoas prevê as seguintes atividades:

- Seleção dos projetos prioritários em conjunto com o governo do estado;
- Reuniões com os órgãos e secretarias estaduais responsáveis pelos projetos priorizados para trabalhar em conjunto na sistematização;
- Levantamento de informações complementares aos projetos;
- Preparação do modelo para sistematização dos projetos;
- Condução de oficinas com gestores e servidores, incluindo a correlação dos projetos com os ODS e a NAU;
- Elaboração dos documentos com a sistematização do projeto;
- Validação dos documentos finais com as sistematizações dos projetos com as equipes dos órgãos e secretarias estaduais;
- Tradução da versão aprovada para inglês e espanhol.

---

<sup>1</sup> Os resultados da primeira fase estão disponibilizados no repositório de dados oficial do estado "Alagoas em Dados e Informações" e podem ser encontrados no seguinte link: <https://dados.al.gov.br/catalogo/organization/onu-habitat>.

Esses dois produtos deverão explorar sinergias com a implementação do Laboratório de Planejamento e Projetos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Alagoas, outra iniciativa realizada pela equipe do ONU-Habitat em parceria com o Governo do Estado de Alagoas.

Tendo em vista o acima exposto, esta chamada para apresentação de propostas tem como objetivo identificar uma **organização interessada em fornecer:**

- (i) assessoria e apoio técnicos para a criação de um conceito e de uma proposta de estratégia e roteiro para a implementação de um Observatório de Políticas Públicas em Alagoas, incluindo um Quadro de Indicadores, um Sistema de Monitoramento e um Caderno Temático, e**
- (ii) assessoria e apoio técnicos para a sistematização dos Projetos Estratégicos de Alagoas.**

### **3. Principais atividades e produtos deste Chamado para Apresentação de Propostas**

Objetivo: por meio de uma combinação de metodologias consultivas, participativas e colaborativas, apoiar o ONU-Habitat e o Governo do Estado de Alagoas na concepção e implementação inicial do **Observatório de Políticas Públicas em Alagoas, um Quadro de Indicadores, um Sistema de Monitoramento, um Relatório Temático** e na sistematização de um **Relatório sobre os Projetos Estratégicos de Alagoas**.

O Observatório deve ser concebido como uma plataforma permanente compartilhada por todos os interessados e dedicada tanto à produção e análise de dados, informações e conhecimento, quanto à promoção da tomada de decisão baseada em evidências em todos os níveis de governança, contribuindo para uma melhor prestação de contas, diálogo e transparência na formulação de políticas em Alagoas. Como peças fundamentais desse Observatório, um Quadro de Indicadores e um Sistema de Monitoramento devem ser elaborados com a colaboração de diversos atores do ecossistema de dados públicos de Alagoas, com o objetivo de fornecer insumos para a produção de Cadernos Temáticos periódicos e outros produtos que possam apoiar a elaboração de políticas mais eficazes no Estado.

Sob o guarda-chuva do Observatório, o Relatório sobre Projetos Estratégicos de Alagoas também deverá ser o resultado de um processo de alinhamento das principais políticas, projetos, ações e outras iniciativas do Estado de Alagoas aos princípios do desenvolvimento sustentável. Com o apoio de uma matriz de indicadores de desempenho e indicadores de impacto, esse processo deverá fornecer ferramentas para um monitoramento e avaliação mais efetivos destes princípios em nível de projetos e/ou políticas.

Todos os produtos devem ser elaborados em estreita colaboração com os membros das equipes do ONU-Habitat de Maceió e do Rio de Janeiro. A organização deverá incluir uma variedade de *stakeholders* na elaboração dos produtos listados acima, tais como: servidores estaduais e municipais, membros de organizações da sociedade civil, universidades e outras instituições educacionais, e outras organizações públicas e privadas que trabalham na área de produção e análise de dados. Esta abordagem visa incluir os principais *stakeholders* desde o início de todos os processos, garantindo que haja um compromisso institucional amplo e de longo prazo com estas iniciativas.

A organização deverá familiarizar-se e incluir os seguintes temas e questões no planejamento e execução de atividades bilaterais e coletivas:

- A importância da elaboração de políticas públicas com base em evidências, de estruturas abertas e efetivas de monitoramento e de sistemas de governança de dados;
- O atual ecossistema de dados públicos de Alagoas em nível estadual e municipal – abrangendo tanto fontes de dados tradicionais e inovadoras, quanto os sistemas de monitoramento de políticas públicas

- e os principais desafios que os tomadores de decisão e a sociedade civil enfrentam em relação às lacunas de dados e seus impactos no monitoramento de políticas estratégicas do estado;
- Novas tecnologias e abordagens para a produção de dados e a importância da inovação e da participação para fechar as "lacunas de dados" encontradas no ecossistema de dados públicos de Alagoas;
- Os resultados e conclusões das metodologias do ONU-Habitat implementadas na primeira fase do projeto "Prosperidade Urbana Sustentável e Inclusiva no Estado de Alagoas - Uma iniciativa integrada" - incluindo os Mapas Rápidos Participativos das grotas de Maceió, o Perfil Socioeconômico dos moradores das grotas de Maceió, o Índice de Prosperidade de Maceió e outros - e como estes podem ajudar na definição de intervenções estratégicas de políticas públicas em Alagoas e, como resultado, de áreas prioritárias para monitoramento pelo Observatório;
- As iniciativas e políticas governamentais existentes em Alagoas - como o projeto de transformação digital liderado pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) - que estão contribuindo para um ecossistema de dados públicos mais sólido, incluindo os mecanismos de monitoramento e avaliação em diferentes setores;
- Políticas, projetos, ações e outras iniciativas governamentais existentes em Alagoas e como elas contribuem para o cumprimento dos princípios e metas da Agenda 2030 e da Nova Agenda Urbana;
- Localização e monitoramento da implementação das agendas internacionais de desenvolvimento, incluindo a Agenda 2030 e a NAU;
- Referências em sistemas de monitoramento de indicadores e novas tendências em governo digital, incluindo boas práticas nacionais e internacionais na arquitetura de sistemas de gerenciamento de dados públicos transparentes, colaborativos e abertos;
- Integração da perspectiva de gênero e a importância da desagregação de dados e abordagens participativas inovadoras de baixo custo (incluindo dados produzidos pelos cidadãos usando tecnologias digitais) para a promoção dos direitos humanos e da abordagem "não deixar ninguém para trás" para políticas públicas.

#### **4. Resultados e Produtos esperados**

Durante a execução da pesquisa, a organização selecionada deverá entregar os seguintes produtos:

1. *Plano de trabalho*, baseado na Proposta Técnica submetida, contendo as datas de entrega previstas de todas as atividades e produtos;
2. *Conceito do Observatório de Políticas Públicas em Alagoas e relatório de atividades* contendo:
  - a. Uma lista e breve descrição dos principais *stakeholders* que operam no ecossistema de dados públicos de Alagoas, incluindo suas atividades e atribuições neste campo;
  - b. Uma lista e breve descrição das principais bases de dados existentes e fontes de dados relevantes para o Observatório;
  - c. Relatório detalhado de todas as atividades consultivas, participativas e colaborativas propostas pela Proposta Técnica e Plano de Trabalho (por exemplo, reuniões bilaterais e workshops) realizadas para elaborar colaborativamente um conceito para o Observatório, incluindo acordos sobre visão, meta(s), setores de políticas públicas prioritários, escopo geográfico e outros marcos considerados relevantes;

- d. Outras conclusões, relatórios e/ou resultados intermediários resultantes da abordagem metodológica proposta pela organização e que tenham sido incluídos na Proposta Técnica e no Plano de Trabalho;
  - e. Uma Nota Conceitual sistematizada para o Observatório de Políticas Públicas em Alagoas, incluindo a definição de setores de políticas públicas prioritários e escopo(s) geográfico(s) do Observatório.
3. *Estratégia e Roteiro para a implementação do Observatório de Políticas Públicas em Alagoas*, contendo:
- a. Assessoria técnica sobre uma estrutura institucional e jurídica geral para o Observatório, incluindo estrutura e rotinas de governança, principais *stakeholders* e participantes, recursos necessários e possíveis fontes de financiamento visando sua sustentabilidade a longo prazo, e outros aspectos relevantes para o pleno funcionamento do Observatório;
  - b. Um mapa dos principais riscos e oportunidades para o processo de implementação do Observatório como uma plataforma permanente incorporada e totalmente operacional no ecossistema de dados local;
  - c. Uma descrição passo a passo dos processos, metodologias e ferramentas recomendadas para a plena implementação e operação do Observatório;
  - d. Uma lista de referências-chave e trabalhos bibliográficos relevantes para a implementação do Observatório.
4. *Relatório sobre os Projetos Estratégicos de Alagoas* contendo:
- a. Relatório detalhado de todas as atividades incluídas na Proposta Técnica e Plano de Trabalho realizadas com órgãos e secretarias do Governo do Estado de Alagoas (por exemplo, reuniões bilaterais e outras atividades participativas) para mapear informações relevantes de pelo menos 10 (dez) Projetos Estratégicos do Estado;
  - b. Descrição de pelo menos 10 (dez) Projetos Estratégicos estaduais, seguindo um modelo de descrição de projeto acordado com o ONU-Habitat, contendo os dados de cada projeto, tais como informações sobre as áreas/municípios beneficiados; justificativa e antecedentes sobre os problemas e desafios que o projeto pretende abordar; lista e descrição das ações, intervenções, projetos e outras atividades compreendidas em cada projeto; orçamento executado e planejado; resultados diretos e indiretos alcançados, incluindo estimativa dos beneficiários; e outras informações consideradas relevantes;
  - c. Proposta de matriz de indicadores de desempenho e indicadores de impacto de cada projeto alinhados aos princípios da NAU e ODS, incluindo o cálculo desses indicadores utilizando dados qualitativos e quantitativos disponíveis;
  - d. Relatório on-line sistematizado (website) sobre os Projetos Estratégicos do Estado de Alagoas;
  - e. Publicação sistematizada, editada, diagramada e impressa sobre os Projetos Estratégicos do Estado de Alagoas, incluindo um sumário executivo e apresentação em PowerPoint, traduzida para o inglês e espanhol.
5. *Matriz de Indicadores e Sistema de Monitoramento* contendo:
- a. Uma cesta de indicadores-chave (Matriz de Indicadores) sugeridos pela organização em estreito diálogo com o ONU-Habitat e os *stakeholders* do Observatório e alinhados com as agendas internacionais de desenvolvimento - tais como os ODS e a NAU - e os setores prioritários do Observatório;

- b. Cálculo de linha de base dos indicadores, séries históricas (quando relevante/disponível) e metadados (definição, justificção, fontes de dados e/ou metodologias de coleta de dados, e outras informações relevantes necessárias para o monitoramento autônomo da Matriz de Indicadores do Observatório);
  - c. Um Sistema de Monitoramento baseado em ferramentas on-line/digitais, tais como painéis de dados (*dashboards*) e outras ferramentas de visualização de dados (website) com o objetivo de fornecer acesso público e transparente aos dados e indicadores produzidos no âmbito do Observatório.
6. *Primeiro Caderno Temático do Observatório de Políticas Públicas de Alagoas* contendo pelo menos 1 (uma) breve avaliação temática e análise especializada do desempenho de indicadores selecionados do Observatório referentes a pelo menos uma (1) setor de política pública ou tema transversal (por exemplo, saúde, educação, igualdade de gênero, Covid-19, outros).

**Tabela 1 – Prazos e cronograma de entregas de produtos.**

<b>Produto</b>	<b>Prazo de entrega</b>
Produto 1: Plano de trabalho	Até 15 dias após a assinatura do contrato
Produto 2: Conceito do Observatório de Políticas Públicas em Alagoas e relatório de atividades	Até 75 dias (2 meses e meio) após a assinatura do contrato
Produto 3: Estratégia e Roteiro para implementação do Observatório de Políticas Públicas em Alagoas	Até 90 dias (3 meses) após a assinatura do contrato
Produto 4: Relatório sobre os Projetos Estratégicos de Alagoas	Até 120 dias (4 meses) após a assinatura do contrato
Produto 5: Matriz de Indicadores e Sistema de Monitoramento	Até 240 dias (8 meses) após a assinatura do contrato
Produto 6: Primeiro Caderno Temático do Observatório de Políticas Públicas em Alagoas	Até 270 dias (9 meses) após a assinatura do contrato

Para tanto, a organização selecionada deverá, entre outros:

**1. Participar em reuniões e preparar relatórios:**

- 1.1. Participar de reuniões, oficinas de trabalho e treinamentos sempre que solicitada pelo ONU-Habitat ou por um dos parceiros;
- 1.2. Participar de reuniões e outras atividades com o Governo de Alagoas para mapear iniciativas, ações, políticas e programas a fim de criar uma lista de Projetos Estratégicos de Alagoas;
- 1.3. A pedido, elaborar e entregar relatórios periódicos de acompanhamento do trabalho ao ONU-Habitat, descrevendo as atividades realizadas e o estágio de desenvolvimento dos produtos;
- 1.4. Preparar todo o material necessário para reuniões, oficinas e outras atividades, incluindo materiais de apoio, tais como apresentações de PPT e materiais impressos;
- 1.5. Manter diálogo constante e consultar o pessoal técnico do ONU-Habitat e do Governo do Estado de Alagoas durante a implementação das atividades e especialmente na revisão das versões preliminares dos produtos listados nestes termos de referência e no Plano de Trabalho;

- 1.6. Organizar atividades devolutivas com os *stakeholders*, especialmente o Governo do Estado de Alagoas, para coletar insumos e sugestões a fim de validar relatórios e outros produtos antes da entrega para aprovação;
- 1.7. Sistematizar e consolidar os resultados de todas as atividades em relatórios em formato acordado com o ONU-Habitat;
- 1.8. Preparar todos os relatórios de acordo com as normas da língua portuguesa e seguindo os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- 1.9. Manter ordenado e acessível um sistema de arquivo de informações sobre as informações e dados produzidos.

## **2. Assegurar qualidade do trabalho e prazos:**

- 2.1. Providenciar a equipe técnica necessária à execução das atividades e responsabilizar-se por seu apoio e acompanhamento durante a realização das atividades;
- 2.2. Revisar as metodologias, referências e boas práticas disponíveis tanto no Brasil como no exterior em relação a observatórios urbanos e de políticas públicas, bem como outras iniciativas dedicadas à inovação na gestão de dados públicos e governança, particularmente aquelas lideradas por governos locais e dedicadas a temas urbanos;
- 2.3. Mapear dentro e fora das instituições oficiais do governo os principais *stakeholders* que atualmente trabalham com a produção de dados em Alagoas;
- 2.4. Assegurar que as atividades técnicas estejam alinhadas com as expectativas de qualidade do ONU-Habitat e das contrapartes do projeto e cumprir todos os prazos de entrega;
- 2.5. Contratar e/ou consultar especialistas externos para coletar conselhos técnicos e conhecimentos substanciais necessários para a conclusão e entrega adequada de todos os produtos;
- 2.6. Explorar sinergias entre as atividades de implementação do Observatório de Políticas Públicas em Alagoas e as atividades realizadas pelo ONU-Habitat relacionadas a outros resultados, especialmente aquelas referentes à implementação do Laboratório de Planejamento e Projetos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Alagoas;
- 2.7. Coordenar toda a preparação metodológica e prática/logística de quaisquer atividades propostas, incluindo oficinas, consultas e reuniões;
- 2.8. Responsabilizar-se por atender alterações solicitadas, caso os produtos não atendam à qualidade mínima esperada pelo ONU-Habitat e cumprir todos os prazos acordados.

## **3. Conduzir a coleta de dados:**

- 3.1. Providenciar os equipamentos e materiais necessários para a realização dos serviços previstos, inclusive para as atividades de coleta de dados;
- 3.2. Responsabilizar-se pela disponibilização e utilização de quaisquer equipamentos e materiais utilizados durante a realização das atividades pelas equipes de coleta de dados;
- 3.3. Assegurar que os dados e informações produzidos sejam compatíveis com a infraestrutura de dados do Governo do Estado de Alagoas, a fim de permitir sua transferência no final do projeto;
- 3.4. Identificar e mapear oportunidades de envolvimento com *stakeholders* locais que possam contribuir com fontes de dados inovadoras e novas tecnologias de produção, análise e visualização de dados;
- 3.5. Mapear estatísticas públicas existentes, bancos de dados abertos e outras fontes de informação para criar uma Matriz de Indicadores para o Observatório de Políticas Públicas em Alagoas e uma matriz de indicadores de performance e indicadores de impacto dos Projetos Estratégicos de Alagoas;
- 3.6. Conduzir iniciativas para mapear e identificar setores prioritários de políticas públicas, necessidades específicas de bases de dados e de mecanismos de monitoramento de políticas públicas, e uma lista de

indicadores-chave que devem ser desenvolvidos/implementados pelo Observatório de Políticas Públicas em Alagoas e pela sistematização dos Projetos Estratégicos de Alagoas;

1. Mapear as competências, habilidades e recursos humanos necessários para a implementação e operação do
- 3.7. Observatório de Políticas Públicas em Alagoas, de acordo com a estrutura acordada e os setores/temas prioritários;
- 3.8. Realizar reuniões de prospecção e outras atividades com o Governo de Alagoas para mapear, sistematizar e produzir dados e informações qualitativas e quantitativas existentes relacionadas aos Projetos Estratégicos;
- 3.9. Fornecer apoio técnico à equipe local do ONU-Habitat no processo de certificação do Observatório de Políticas Públicas de Alagoas pela rede do Observatório Urbano Global<sup>2</sup>.

**4. Realizar atividades de conscientização e desenvolvimento de capacidades:**

- 4.1. Propor uma metodologia de engajamento e realizar atividades participativas (como oficinas e outras abordagens) com os principais *stakeholders* mapeados, a fim de propor, de forma colaborativa, uma estrutura para o Observatório de Políticas Públicas em Alagoas que inclua: objetivos comuns acordados, visão, resultados esperados, metodologia de trabalho, atividades e resultados, modelo de governança e estruturas de tomada de decisão, e outros aspectos considerados relevantes para a plena implementação e operação sustentável do Observatório;
- 4.2. Realizar iniciativas para aumentar a conscientização sobre a importância de políticas públicas baseadas em evidências e de sistemas públicos, abertos, compartilhados e colaborativos de monitoramento e de gerenciamento de dados;
- 4.3. Realizar iniciativas de conscientização sobre a importância dos ODS e da NAU para as políticas públicas e para a produção de dados em Alagoas;
- 4.4. Organizar atividades de capacitação (como oficinas) com funcionários públicos e outros atores sobre desenvolvimento sustentável, os ODS e a NAU.

Os formatos, extensões de arquivo, tamanho de texto e soluções/ferramentas de apresentação escolhidos para todos os produtos, dados e demais insumos deverão ser pactuados pela organização contratada com a equipe técnica do ONU-Habitat no momento de elaboração do Plano de Trabalho (produto 1) ou em momento posterior mutuamente acordado entre as partes.

Todos os produtos devem atender aos critérios de qualidade do ONU-Habitat, incluindo adequação, coesão e coerência de formatação, gramática, ortográfica, vocabulário e padronização terminológica.

Os produtos e entregas deverão ser submetidos para aprovação aos representantes do ONU-Habitat em formato rascunho/preliminar. Após análise, uma versão final do documento deverá ser entregue contendo todos os ajustes solicitados.

---

<sup>2</sup> Consulte o Passo 6, Fase I, da metodologia de observatórios urbanos do ONU-Habitat. UN-Habitat (2020) A Guide to Setting up an Urban Observatory. Disponível em: [https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/06/urban\\_observatory\\_guide.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/06/urban_observatory_guide.pdf)

## 5. Pagamentos

Esclarece-se que:

- Os desembolsos só ocorrerão após aprovação, por parte do ONU-Habitat, dos produtos mencionados;
- Os pagamentos observarão os limites de desembolso máximo conforme estabelecido no Cronograma abaixo (Tabela 2);
- Os pagamentos serão efetuados somente em conta bancária exclusiva para a recepção dos recursos deste projeto, conforme os Critérios de Elegibilidade;
- Caso venha a ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da organização selecionada, a fluência do pagamento pode ser interrompida;
- Nenhum pagamento isentará a organização selecionada das responsabilidades contratuais, nem implicará a aceitação dos serviços.

**Tabela 2 – cronograma de pagamentos:**

	<b>Desembolso</b>
Assinatura do Contrato	30%
Após a entrega do relatório financeiro e aprovação do produto 1	15%
Após a entrega do relatório financeiro e aprovação dos produtos 2 e 3	25%
Após a entrega do relatório financeiro e aprovação do produto 4	15%
Após a entrega do relatório financeiro, aprovação dos produtos 5 e 6	15%

## 6. Insumos

Todos os insumos necessários para a devida execução deste projeto serão fornecidos pela organização contratada.

## 7. Propriedades e responsabilidade

Todo material produzido no âmbito do contrato é de propriedade do ONU-Habitat e deverá ser tratado de maneira **confidencial**, com rigorosos métodos de gerenciamento da segurança de dados. A organização selecionada não está autorizada a divulgar, repassar, ceder, vender, publicar ou disponibilizar tais materiais de qualquer forma, em parte ou integralmente, a nenhuma outra instituição ou indivíduo, a não ser que seja expressamente autorizada por escrito pelo ONU-Habitat por canais oficiais de comunicações mutuamente acordados entre as partes.

A organização selecionada assumirá todas as despesas de viagem e hospedagem das pessoas que trabalharão sob a sua direção para produzir todos os produtos acima mencionados.

Uma pessoa responsável indicada pela organização selecionada poderá ser convocada, a qualquer momento, para resolver os problemas oriundos do projeto, correção de detalhes de construção, esclarecimentos de omissões de falhas nas especificações e etc., até a conclusão e entrega definitiva dos produtos previstos neste chamado.

A organização se investe da responsabilidade exclusiva por qualquer dano ou prejuízo causado ao ONU-Habitat, ao Governo do Estado de Alagoas ou a terceiros pela execução dos serviços e pela inobservância e/ou desobediência às recomendações de boa técnica.

## **8. Requisitos mínimos da organização e equipe**

### Experiência mínima da Organização e parceiros:

- Ter um mínimo de 10 anos de experiência na produção de análises estatísticas e/ou socioeconômicas e de indicadores a partir de estatísticas públicas e de fontes inovadoras de dados, bem como metodologias de monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas transversais;
- Ter um mínimo de 5 anos de experiência em projetos de promoção de metodologias e ferramentas inovadoras para produção, análise, visualização e disseminação de dados e informações dentro de governos estaduais/municipais no Brasil;
- Ter atuado em projetos de promoção de agendas internacionais de desenvolvimento sustentável para governos estaduais/municipais no Brasil, principalmente na localização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), dos ODS e/ou da NAU;
- Ter experiência em governança local, desenvolvimento humano e comunitário é desejável;
- Experiência internacional é desejável.

### Especificação da Equipe Central:

A Equipe Central deve incluir pelo menos dois profissionais com as seguintes características:

- Um Coordenador de Projeto Sênior com diploma universitário e experiência comprovada de pelo menos 15 anos em administração pública e implementação de políticas, monitoramento e metodologias de avaliação de políticas públicas e gerenciamento de projetos em governos locais;
- Pelo menos um Analista de Projeto com diploma universitário e experiência comprovada de pelo menos 5 anos em estatísticas públicas, ciência de dados e inovação, bem como em metodologias de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

### Outras competências requeridas da equipe fornecida pela organização contratada:

A Proposta Técnica deve incluir o fornecimento de profissionais próprios ou terceirizados com experiência comprovada nos seguintes temas:

- Software de Sistema de Informação Geográfica para produção, análise, processamento e visualização de dados espaciais;
- Pacotes estatísticos para processamento, análise e visualização de indicadores e estatísticas públicas;
- *Design* e desenvolvimento *front-end* e *back-end* de páginas web;
- Projeto gráfico e comunicação.

## **9. Análise de risco**

A implementação do projeto, incluindo seus diagnósticos, coleta de dados, realização de oficinas, planejamento de ações, monitoramento e avaliação, depende da vontade política do Governo do Estado de Alagoas e dos parceiros locais. O ONU-Habitat já tem mais de três anos e meio de experiência na implementação de projetos e presença local em Alagoas e cooperará, tanto quanto possível, com a organização selecionada e apoiará seu contato também com outros parceiros que tenham conhecimentos das condições locais e redes de contatos. Os riscos associados a esta consultoria e as formas de mitigação encontram-se sistematizados na tabela abaixo:

Risco	Probabilidade	Estratégias de Mitigação
Engajamento insuficiente dos servidores estaduais	Baixa	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aumentar o número de reuniões e abordagens participativas para aumentar o envolvimento dos servidores no mapeamento de dados e fontes de informação;</li> <li>✓ Utilizar estratégias de comunicação eficazes e diversificadas para incentivar a participação;</li> <li>✓ Deixar claras as expectativas em relação ao resultado do trabalho e fornecer devolutivas, quando possível;</li> <li>✓ Fortalecer o diálogo com o Gabinete do Governador e a Secretaria de Estado da Fazenda para assegurar patrocínio político interno ao projeto.</li> </ul>
Pressão política sobre a escolha das fontes de dados e informações e sobre os resultados das análises	Baixa	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Utilizar dados de fontes oficiais e seguras para elaborar diagnósticos e estratégias;</li> <li>✓ Garantir um número adequado de atividades participativas e colaborativas (por exemplo, oficinas abertas) com uma variedade de <i>stakeholders</i>, com o objetivo de fomentar a supervisão pública sobre processos e resultados.</li> </ul>
Engajamento insuficiente da sociedade civil e outros <i>stakeholders</i> externos (por exemplo, municípios)	Média	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aumentar o número de reuniões e abordagens participativas para aumentar o envolvimento dos servidores no mapeamento de dados e fontes de informação;</li> <li>✓ Utilizar estratégias de comunicação eficazes e diversificadas para incentivar a participação;</li> <li>✓ Deixar claras as expectativas em relação ao resultado do trabalho e fornecer devolutivas, quando possível.</li> </ul>
Disponibilidade dos dados e informações oficiais do Estado insuficientes	Alta	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aumentar o número de reuniões e abordagens participativas para aumentar o engajamento dos servidores públicos nos esforços de mapeamento de dados e fontes de informação;</li> <li>✓ Utilizar estratégias de comunicação eficazes e diversificadas para incentivar a participação;</li> <li>✓ Explorar metodologias e formatos alternativos de coleta de dados, incluindo</li> </ul>

		informações qualitativas e fontes de dados inovadoras.
--	--	--

## 10. Critérios de elegibilidade

Critérios	Detalhes para apresentação da proposta/documentação necessária
Registro e documentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Certificado de registro/incorporação (atos constitutivos);</li> <li>● CNPJ;</li> <li>● Prova de registro no país de origem;</li> <li>● Prova de registro no país de operação (caso seja diferente do país de origem);</li> <li>● Prova de presença operacional no país (caso seja diferente do país de origem).</li> </ul>
Perfil e detalhes da organização	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Perfil e estrutura da organização indicando claramente:               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Visão, missão e objetivos da organização;</li> <li>○ Estrutura de gestão;</li> <li>○ Membros do conselho de direção e suas designações certificadas pelo secretário corporativo (ou documento equivalente);</li> <li>○ Prova de adesão a associações profissionais (caso existam).</li> </ul> </li> </ul>
Capacidade financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatório financeiro auditado (balanço e declaração de rendimentos) e relatórios de auditorias realizadas nos últimos dois anos (no caso de instituições públicas, apresentar relatórios dos Tribunais de Contas competentes).</li> </ul>
Conta bancária exclusiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>● A organização deverá ter uma conta bancária exclusiva para a recepção dos recursos deste projeto.</li> </ul>
Integridade e Governança	<ul style="list-style-type: none"> <li>● A organização deve preencher e submeter o Formulário de Declaração de Parceria assinado, conforme <b>Anexo 1</b>;</li> <li>● Providenciar mini currículos das equipes envolvidas no projeto, incluindo do gestor dos contratos e dos membros integrantes da direção da instituição.</li> <li>● Providenciar os perfis do Presidente do Conselho de Administração, do Chefe da Organização e do Chefe de Finanças, além do documento de identificação.</li> </ul>

## 11. Critérios de seleção

Critérios	Detalhes para apresentação da proposta/ Documentação necessária	Peso
<b>1. Capacidade técnica</b>		<b>25 pontos</b>
<p><b>1.1</b> A organização tem uma <b>experiência relevante e um histórico comprovado</b> de implementação de atividades nas áreas do projeto? Já administrou projetos com complexidade técnica e montante financeiro semelhantes? O projeto é ligado ao negócio central do Parceiro Implementador?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Documentação que evidencia um mínimo de 10 anos de experiência na produção de análises estatísticas e/ou socioeconômicas e de indicadores a partir de estatísticas públicas e de fontes inovadoras de dados, bem como metodologias de monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas transversais;</li> <li>● Documentação que evidencia um mínimo de 5 anos de experiência em projetos de promoção de metodologias e ferramentas inovadoras de produção, análise, visualização e disseminação de dados e informações dentro de governos estaduais/municipais no Brasil;</li> <li>● Documentação que evidencia experiência na promoção de agendas internacionais de desenvolvimento sustentável para governos estaduais/municipais no Brasil, principalmente a localização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e/ou da Nova Agenda Urbana;</li> <li>● Lista de projetos similares executados nos últimos 5 anos (valor, localização, doadores, natureza dos projetos, fase de execução - concluída ou em andamento);</li> <li>● Demonstrar como as experiências em projetos passados são relevantes para a execução da proposta atual;</li> <li>● Referências de pelo menos três doadores anteriores.</li> </ul>	

<p><b>1.2</b> A organização tem <b>funcionários técnicos qualificados</b>, com experiência e habilidades técnicas necessárias para o projeto?          Qual o tamanho da equipe, seu tipo, qualificação e quadro de formação?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Currículos do pessoal chave da gerência, pessoal técnico e não técnico que estará envolvido no projeto;</li> <li>● Número de pessoal técnico de que se dispõe no país para a implementação do projeto. Indique se sua organização garante que tal pessoal técnico exigido pelo projeto continuará disponível, conforme necessário, no projeto.</li> </ul> <p>A experiência necessária será comprovada através de um CV assinado por cada membro da equipe central, contendo referências (nome, e-mail ou telefone) que podem ser contatadas pelo contratante para verificar a veracidade das informações sobre os serviços executados. Certificados de capacidade técnica ou contratos serão aceitos como prova de experiência.</p>	
<p><b>1.3</b>          A organização tem uma ligação estreita e direta com um grupo de interesse relevante para a população-alvo do projeto? Ela tem a capacidade de ter impacto sobre a população-alvo e sobre as questões?          Tem uma forte presença no campo e por quanto tempo?          Tem a capacidade adequada para trabalhar em áreas/regiões-chave onde as atividades de campo propostas serão implementadas?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Documentação que demonstre uma prova de presença operacional local, incluindo ligação e capacidade de alcançar a população-alvo.</li> </ul>	
<p><b>1.4</b> A organização possui instalações físicas adequadas, equipamentos para escritório, transporte etc. para implementar as atividades?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fornecer localização e lista de instalações de escritório, veículos e equipamentos de escritório disponíveis localmente para a implementação do projeto.</li> </ul>	
<p><b>1.5</b> A organização tem procedimentos formais para monitorar a execução do projeto (como marcos, produtos, despesas...)?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fornecer a política de monitoramento e o manual de procedimentos usados pela organização.</li> </ul>	
<p><b>2. Capacidade financeira e administrativa</b></p>		<p><b>15 pontos</b></p>
<p><b>2.1</b> A organização tem no mínimo dois anos de operação para demonstrar sua <b>sustentabilidade e relevância financeira</b>?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Indicar o número de anos de operação;</li> <li>● Relatório financeiro dos últimos dois anos;</li> <li>● Relatórios auditados e balanços financeiros</li> </ul>	

<p><b>2.2</b> A organização tem equipe de finanças qualificada? Seu sistema de contabilidade atual é informatizado e tem capacidade para recolher e fornecer relatórios financeiros separados sobre as atividades executadas sob o Acordo de Cooperação?</p> <p>Tem sistemas e práticas para controlar e relatar se os resultados e despesas do projeto estão dentro do tempo e orçamento acordados?</p> <p>Tem separação mínima de funções em vigor (separação entre gestão de projetos, finanças/contabilidade e gabinete executivo)?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Currículos da equipe-chave de finanças e contabilidade;</li> <li>● Descrição dos principais aspectos e controles do sistema de contabilidade usado;</li> <li>● Estrutura organizacional/organograma.</li> </ul>	
<p><b>2.3</b> A organização tem a capacidade de adquirir bens e serviços de forma transparente e competitiva? (caso aplicável, verifique se a unidade de compras/licitação tem experiência)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Cópias das políticas e procedimentos de compras. Os procedimentos devem demonstrar como você adquire bens e serviços local e internacionalmente (caso aplicável).</li> </ul>	
<p><b>2.4</b> A organização possui procedimentos e controles formais para mitigar casos de fraude, tais como assinatura múltipla de signatários em contas bancárias, relatórios e acusação de incidentes de fraude?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva os controles antifraude e descreva os procedimentos formais.</li> </ul>	
<p><b>2.5</b> A organização tem capacidade para fornecer contribuições em espécie, financeiras e de pessoal como Parceiro Implementador do ONU-Habitat neste projeto? Por favor, fornecer detalhes sobre a natureza e o tamanho da contribuição.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descreva a natureza e o valor da contribuição (financeira ou em espécie) que a sua organização pode disponibilizar no âmbito da implementação da consultoria<sup>3</sup>.</li> </ul>	

<sup>3</sup> Uma prática comum do ONU-Habitat no âmbito de Acordos de Cooperação é ter parceiros de implementação que providenciam contrapartidas, financeiras ou em espécie. Essas, sempre que possível, e de acordo com as necessidades do projeto, são encorajadas. Elas devem ser especificadas no orçamento da proposta e reportadas nos relatórios financeiros do projeto. Despesas gerais e custos indiretos (como gastos de escritório, equipamentos básicos e tempo de pessoas do quadro da organização) devem ser considerados como contrapartidas mínimas por parte dos parceiros de implementação e não deveriam ser financiados pelo valor a ser repassado pelo ONU-Habitat.

<b>3. Proposta financeira</b>		<b>30 pontos</b>
<p><b>3.1</b> O orçamento para cada componente da atividade a ser realizada pelo parceiro implementador é:</p> <p>(i) eficiente financeiramente (ou seja, o custo deve ser econômico e prudentemente estimado para evitar qualquer falta ou superestimação)</p> <p>(ii) justificável/bem fundamentado e</p> <p>(iii) preciso e completo</p>	<p><b>Proposta de orçamento</b> &lt;no modelo fornecido no <b>Anexo 2</b>&gt;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Proposta de orçamento<sup>4</sup>;</li> <li>● Outros documentos de apoio (indicados nas demais partes deste chamado).</li> </ul>	
<b>4. Proposta técnica</b>		<b>30 pontos</b>
<p><b>4.1</b> A proposta técnica é sólida e responde adequadamente às especificações e aos requerimentos?</p>	<p><b>Documento de proposta técnica</b> &lt;no modelo fornecido no <b>Anexo 3</b>&gt;</p> <p>O ONU-Habitat avaliará se a metodologia proposta é clara, se o plano de trabalho é realista e pode ser implementado; se a composição geral da equipe é equilibrada e tem uma combinação adequada de habilidades; e se o plano de trabalho tem o número certo de especialistas.</p>	<p>De acordo com os Termos de Referência (10 Pontos); Nível de detalhe e proposta técnico-metodológica (10 pontos); Coerência e consistência das atividades, equipes e cronograma do plano de trabalho preliminar com a proposta técnico metodológica (10 pontos)</p>

<sup>4</sup> As linhas orçamentárias consideradas pelo ONU-Habitat estão indicadas no modelo de orçamento fornecido. As mesmas poderão registrar variações de no máximo 10% quando da execução. Os relatórios financeiros precisam ser elaborados quadrimestralmente. Esta contratação, e seu custo, precisam estar previstos na proposta técnica e na proposta de orçamento. Finalmente, o montante que não for executado deverá ser devolvido ao ONU-Habitat num prazo de 30 (trinta) dias após o término das atividades do projeto.

**12. Observações finais:**

1. As organizações interessadas devem providenciar as informações indicando que elas são qualificadas para realizar os serviços (folheto, descrição de tarefas similares, experiências em condições similares, disponibilidade de habilidades apropriadas entre seus funcionários etc.);
2. A apresentação de propostas e os documentos anexados devem ser recebidos de acordo com as instruções oferecidas. Não serão consideradas as apresentações de propostas endereçadas a um e-mail diferente do indicado;
3. Não serão consideradas as propostas de organizações que não apresentem as informações necessárias para demonstrar que atendem aos critérios de elegibilidade;
4. As apresentações de propostas recebidas depois da data limite não serão consideradas;
5. As organizações serão selecionadas de acordo com o procedimento estabelecido pela política de gestão de parceiros de implementação do ONU-Habitat e procedimentos operacionais padrão;
6. As propostas de candidatos que deixem de providenciar parte das informações necessárias e/ou solicitadas serão desconsideradas;
7. Essa Chamada de Propostas não implica qualquer tipo de compromisso do ONU-Habitat, seja financeiro ou outro. O ONU-Habitat se reserva ao direito de aceitar ou rejeitar qualquer ou todas as propostas sem incorrer em qualquer obrigação de fornecer justificativas ao(s) solicitante(s);
8. Todos os valores devem estar indicados em USD (dólares americanos);
9. A proposta técnica pode ser apresentada em língua portuguesa ou inglesa. Se apresentada em português, requer-se obrigatoriamente a inclusão de um resumo de 1 (uma) página em inglês.

**Todos os documentos deverão ser enviados, dentro do prazo indicado, para o e-mail:**

**[alagoas@onuhabitat.org](mailto:alagoas@onuhabitat.org)**

**endereçado à “Equipe do ONU-Habitat Alagoas” com o seguinte assunto no e-mail:**

**PROJETO ALAGOAS - PROPOSTA TÉCNICA :: NOME/SIGLA DE SUA ORGANIZAÇÃO**